aprendizagem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Ministério Da Educação E Do Desporto. Secretaria De Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, v.01 e 02.1998. 85p.

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos da Criança. <Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/declara.htm>. Acesso em 16 de abril de 2020.

CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. 2. ed. São Paulo: Summus, 1954.

KISHIMOTO, Tizulo Morchida. Brinquedo e brincadeira. Usos e significações dentro de contextos culturais. In SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.) 4 ed. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. Petrópolis: vozes, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MALUF, Ângela, Cristina Munhoz. Brincar: prazer e aprendizado. Petrópolis: Vozes, 2003.

PIAGET, J. A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e Representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, Santa Marli P. dos (org). 1999. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 4.ed. Petrópolis: Vozes.

WAJSKOP, Gisela. 1995. O brincar na educação infantil. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.92, p. 62-69, fev.

A DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

GISELE CAROLINA DE OLIVEIRA DIAS

RESUMO

Nas últimas três décadas, o conceito das ciências clinico-antropológicas têm suscitado dúvidas quanto aos mecanismos de avaliação sobres à surdez e como estes são ou estão inseridos no contexto médico-social e educacional, também tem entrado na pauta o que apontam essas diferentes representações sobres a surdez. São pessoas que precisam de uma educação especial e inclusiva para a promoção de seu desenvolvimento, no entanto sua inserção dentro da sociedade e até mesmo seu processo de desenvolvimento tem se mostrado tão longe do ideal e esperado. Assim o enfoque principal é estabelecer conexões de informações de forma que acontecem de uma maneira clara e objetiva para que este preconceito seja instantaneamente finalizado. Porém é necessário que professor e escola estejam abertos a esses novos desafios em que seu foco principal seja as necessidades do seu aluno, para que o preconceito seja superado e atinjamos a oportunidade de conviver com a diversidade. É bastante conhecido na história da humanidade, e suas consequências para a educação têm ocasionado interpretações errôneas, sobre a surdez e em especial para a prática pedagógica do ensino dos alunos com deficiência auditiva, outra forte evidência e sobre a questão da inclusão social, pois abre um significado importante no bojo da política educacional brasileira.

Palavras Chave: Deficiência Auditiva; Surdez; Educação Inclusiva; Pesquisa e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Como alfabetizar alunos com deficiência auditiva? Essa é uma pergunta que professores pensam ao deparar-se com alunos surdos, atualmente o que mais tem se falado na educação é a inclusão. E como incluir? Sabe-se que não é uma tarefa fácil, no entanto, não é impossível, partindo do ponto em que um surdo possa aprender LIBRAS para dialogar um com outros, então, pode-se concluir que o mesmo terá capacidade de aprender a ler e escrever. Isso é um dos direitos do ser humano para assim viver em sociedade. Como diz BRASIL, “o letramento é, portanto, condição e ponto de partida na aquisição da língua oral pelo surdo, o que remete ao processo psicolinguístico da alfabetização e a explicitação e construção das referências culturais da comunidade letrada. (BRASIL. 2004. p. 77). Para inclusão dos deficientes auditivos na educação foram utilizadas abordagem diferentes, o processo iniciou com o oralismo que tem como objetivo fazer a reabilitação do deficiente auditivo em direção à normalidade, negando a surdez e enfatizava a fala, e com isso essa abordagem passou ser muito criticada, segundo Skilar (1999), “o oralismo está fundamentado pela visão clínico-terapêutica da surdez”, ou seja, nessa abordagem tentou trabalhar a fala da língua majoritária. Ao perceber que essa abordagem não obteve sucesso passou-se a utilizar-se da Comunicação Total, que utilizava uma filosofia de trabalho voltado ao atendimento e à educação de pessoas surdas, nesse processo surge então sistema de sinais que tinha como objetivo ensinar a língua majoritária, que no Brasil foi utilizado o português sinalizado, no qual o surdo não compreendia

muito a comunicação, sendo criticado por alguns teóricos e pela comunidade surda. Ciccone (1990) demonstrou que muitas crianças que forma expostas sistematicamente à modalidade oral de uma língua, antes dos três anos, conseguiram aprender a língua, mas, o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, não foi bem sucedido. E por fim damos de encontro com o Bilinguismo, abordagem que tem sido defendida por linguistas, parte do princípio que o surdo tem que aprender primeiro a Língua de Sinais para depois aprender a segunda língua, ou seja, primeiro sua linguagem e depois a língua majoritária. Conforme Brito (1993) no bilinguismo a língua de sinais é considerada uma importante via para o desenvolvimento do surdo, em todas as esferas de conhecimento, e, com tal, propicia não apenas a comunicação surdo- surdo, além de desempenha a importante função de suporte ao pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. Segundo Quadros (1997) o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. O letramento dos surdos durante os primeiros anos escolares, ajuda na interação e pode contribuir para a convivência em sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Partindo então do pressuposto de que a falta eficaz de comunicação na vida de uma pessoa traz significado negativo, que tem trazido como consequências para a sua formação social e educacional. A falta oralidade independente de como ela seja, acarreta em especial na criança, atraso em seu desenvolvimento cognitivo, de aprendizagem, dificuldades de interação com outros sujeitos no seu meio, em consequência sua capacidade de interação (trocas) com outros pode ser comprometida. Além desse negativismo que se perpetua no meio social oralista, que deve ser evitado, quando se diz que a criança não aprende e não se desenvolve pela falta da aquisição e uso da oralidade.

As implicações da deficiência auditiva na vida de uma pessoa passam do estado físico para o psicológico, forma-se uma grande "lacuna" nessa comunicação entre o sujeito ouvinte e o sujeito surdo, envolvido em especial na comunicação, nas trocas de informações, através do processo fonoarticulatório, (Quadros, 2002) e vice-versa, o sujeito surdo perde, neste ambiente por não ter uma "interação" de troca, e o resultado e o seu afastamento desse ambiente, isolamento, solidão, perda de convívio social, são estes as principais causas psicológicas, que afetam profundamente, o sujeito com limitações de comunicação. Segundo Sá (1999 apud Vygotsky, 19, 24) privilegiando as mediações culturais, que caracterizam sua visão do homem enquanto ser social, atribui o exercício da humanidade à possibilidade de o indivíduo estabelecer trocas culturais em favor da linguagem. Goldfeld (2001), nos alerta que a importância da linguagem proporciona trocas culturais, de importância especial, pois o homem está inserido num contexto evidentemente social, evidenciando então que a linguagem é um fator não apenas lingüístico mas também cultural, neste dizer: o sujeito social tem que estar interagindo, em primeiro plano culturalmente e em segundo linguisticamente para que seja percebido pelo seu meio e pelos seus pares.

Desse modo Mantoan ressalta:

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em uma palavra, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências (MANTOAN, 1999, p. 75)

Sá (1999) nos brinda dessa forma com uma séries de razões para defender a tese de que, o sujeito surdo, vive cercado de privações por falta exclusiva da troca de comunicação, ora causada por imposição ao ensino oralista, ora por falta do domínio de uma linguagem gestual visual como a Libras Consequências disso são as imposições dos pais para que os filhos tenham acesso ao direito de aprender, a linguagem oral, e não ao contrário, perpetua-se assim, no sujeito surdo o estigma da incapacidade, de aprender conteúdos e um currículo que em nada lhes diz respeito.

Independente do perfil estabelecido pela sociedade, ninguém pode ficar de fora e mesmo assim percebe-se que em algum ponto a humanidade insiste em errar. Um deles é na área educacional especificamente na Educação Inclusiva onde mesmo com leis, portarias, decretos, constituições etc.. existe ainda uma grande resistência ou falta de conhecimento por parte de alguns em compreender que o acesso a escola regular é um direito de todos mediante as dificuldades físicas e intelectuais ou de qualquer outra natureza.

Entretanto, se o meio externo (escola/professores), não tiverem um preparo adequado para lhe transmitir esses conteúdos, conhecendo diferentes formas de transmitir-lhes, o saber, deixará muito a desejar, nos dois sentidos para aquele que aprende e aquele que ensina, num processo de trocas nos mais variados níveis de aprendizagem.

Um levantamento breve dos anos 80 sobre o uso da língua brasileira de sinais e outras formas de comunicação, perpetuou-se por longos anos no debate educacional brasileiro com grande defesa ao oralismo é o bilinguismo, prevaleciam em oposição ao ensino de uma língua de sinais.

O sujeito surdo oralizado, tem ao longo da vida escolar acesso quase que exclusivamente ao sistema oralista, no processo de aquisição e uso da fala, escrita, aprende o conteúdo do oralismo, como se fosse um sujeito ouvinte, entretanto, ressalta-se neste sentido que houve uma "imposição"

não explicita para a aprendizagem do surdo no contexto da educação dos ouvintes. É claro que o resultado estimado esteve bem abaixo daquilo que se espera do sujeito surdo, em comparação ao sujeito ouvinte.
Analisando o texto de Sá acima, temos que a linguagem é um processo de transmissão natural e espontâneo, e não imposto, por causa disso temos milhares de sujeitos surdos incapazes de compreender, seu meio por imposição de conceitos dos padrões da língua oralista.
É de primordial importância que se adquire uma linguagem, qualquer que seja pelo processo de interação com outros sujeitos, processos estes que devem se perpetuar em nossas escolas, grupos de convivência, associações, em nossos lares, oferecer aos surdos acessos a língua de sinais, deve ser uma das principais questões a serem discutidas no nosso dia a dia.
Quando muito se fala em uma língua natural, entendemos que é aquela que se aprende na troca e na interação da comunicação entre sujeitos, no contexto familiar. A aquisição de uma língua se dá quando o sujeito assimila a estrutura, o léxico, a pragmática é a semântica da língua de modo natural e espontâneo pelo simples contato com sujeitos proficientes nessa língua, ou seja, o sujeito e imerso num determinado ambiente lingüístico e, sem esforço, a adquire (SÁ, 1999, p.161.
Se o sujeito nasce surdo, na ausência do som ele aprenderá a se comunicar, no meio familiar utilizando uma língua gestual, se estimulado pelos pais, mais tarde tornará essa língua mais estrutural e irá torná-la mais complexa a medida que adquirir novos conceitos, em termos didáticos-pedagógicos estará desenvolvendo sua capacidade de aprendizagem, forma-se a estrutura, o léxico e a semântica dessa língua, tornando-a como primeira língua natural, neste caso seria a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
Quem são seus primeiros educadores na aprendizagem da língua natural? São seus pais, se surdos o filho terá um desenvolvimento linguístico natural em termos de língua de sinais, se não forem surdos provavelmente o oralismo prevalecerá.
A tendência é adquirir a LS, ocorrerá conforme os estímulos é a busca permanente por essa língua de sinais como natural, pois se ele tiver acesso ao aprendizado e domínio dela, logo terá como segunda língua o Português, o inverso desse processo serve pra o ouvinte, desde que sinta vontade de aprender a língua de sinais será um intérprete em algumas situações, sendo um elo entre o mundo ouvinte e o mundo surdo, sem qualquer perda cultural para ambos os sujeitos, ao contrário nos dá uma visão mais enriquecida de um grupo social que tem muito para nos ensinar.

Um novo conceito no entendimento do termo surdez, implementa que o surdo é aquela pessoa que tem uma deficiência auditiva e está fora dos padrões ditos como normais impostos pela sociedade, por isso este mesmo indivíduo tem buscar fazer parte integrante dessa sociedade no qual está inserido, construindo assim uma identidade em torno desta diferença onde seus direitos devem ser respeitados. Quando iniciamos nossos estudos acerca do oralismo, enfocamos o conceito de leitura labial, suas técnicas, seus pontos positivos e negativos seu uso frequente por parte daqueles que com algum comprometimento auditivo.

Ter a facilidade em ler os lábios implica uma gama de fatores nem sempre tidos como algo simples; Ter que acompanhar os movimentos labiais do interlocutor suas expressões faciais, gestos das mãos, corporal para que haja um entendimento por parte do indivíduo surdo, é que na maioria dos casos, não se atingi algo em torno de cem por cento de compreensão, essas dificuldades exigem da pessoa surda uma variedade de situações que não lhe serão favoráveis em termos de compreensão por parte de pessoas que não entendem sua forma de tentar compreender a linguagem. A preocupação certamente por parte dos profissionais, defensores do oralismo está exclusivamente na possibilidade de atingir a capacidade do uso das palavras gramaticais falada e escrita em especial quanto ao uso da segunda afirmativa, para se ter um bom domínio da língua portuguesa.
O trabalho apresenta que a surdez é algo relativamente baseado em fatores socioculturais, no qual ela é vista como uma diferença em relação à comunidade ouvinte e não como uma deficiência. A surdez nada mais é do que uma diferença existente no meio onde o indivíduo através de recursos próprios busca expressar-se.
O não desenvolvimento da linguagem oral em sua forma padrão dentro do âmbito escolar impossibilita o sujeito a firmar se dentro daquilo que a escola deveria aperfeiçoar que é o reconhecimento da língua brasileira de sinais como a porta principal para o um caminho de interação e práticas educacionais eficazes entre a família e a escola. Sendo assim quando buscamos desenvolver a oralidade deve se levar em consideração o aperfeiçoamento das técnicas de leitura labial, sua concepção, os aspectos positivos e negativos e como instituir isso no cotidiano das pessoas que possuem um comprometimento auditivo.
A capacidade de compreender a leitura labial é algo que precisa ser claro, amplo e eficaz por parte do sujeito surdo, visto que o entendimento dos movimentos lábias, gestuais e corporais do interlocutor nem sempre são obtidos com cem por cento de

exatidão. Até porque sua maneira de compreender a linguagem é relevante ao contexto que ocorre no ambiente em que está no determinado momento da ação.

Conforme Goldfeld (2001), “a noção de linguagem, para vários profissionais desta filosofia, restringe-se à língua oral, e esta deve ser a única forma de comunicação dos surdos. Para que a criança surda se comunique bem e necessário que ela possa oralizar. No entanto no final do século XIX a linguagem de sinais foi totalmente abolida dentro das escolas, pois o oralismo passou a ser denominado como forma única e eficaz de comunicação. Assim os alunos surdos passarem a ter dificuldade em comunicar se e compreender o que acontecia ao seu redor, e seu desenvolvimento cognitivo que até então era estimulado por essa troca de sinais que viabilizava suprir reais necessidades de comunicação deu lugar ao oralismo que passou a ser visto como forma única existe de comunicação.

Reconhecidamente o oralismo, tem importância fundamental ao processo de aquisição das normas gramaticais, na reabilitação de do aparelho fonal e consequentemente uma maior chance de se trabalhar com o sujeito surdo no contexto escolar, mas o oralismo não dever ser visto como forma única existe outros modelos que devem ser analisados.

O que constatamos atualmente na maioria das escolas é que toma-se como necessária e suficiente a formação do professor e adequação do sistema com o oferecimento de garantias constitucionais e toda a sorte de seduções, em contrapartida.

Uma das razões que explicam porque muitos pais procuram as escolas regulares para seus filhos surdos é que a opção da educação especial oferece um modelo não pedagógico, que subestima os surdos e suas capacidades cognitivas.

De acordo com a pesquisa realizada por SILVA e PEREIRA (2003),a grande maioria dos pais tem um certo receio em deixar seu filho na escola regular por perceber que os professores não estão preparados para lidar com as necessidades dessas crianças. E acabam por atribuir um rótulo de que são incapazes e que o que realmente importa é sua socialização, já que na visão de muitos a aprendizagem é algo muito além ou seja, impossível de realizar. E isso tem deixado muitos pais pensativos quanto ao tipo de escola que querem para seus filhos se uma escola regular ou uma escola especial.

Alguns professores por sua vez não estão preparados para receber um aluno surdo no seu dia a dia, não por preconceito ou coisa do tipo, mas pelo simples fato de não possuir uma especialização necessária que possa vir sanar suas dúvidas. E assim acaba por formar uma opinião acerca do assunto que culmina na ideia de que este aluno é um coitado e que nada aprenderá no contexto escolar, gerando assim uma barreira que não o permite ver outras habilidades que poderiam ser exploradas levando assim seu aluno ao êxito.

A falta de qualidade no sistema de ensino é algo que preocupa muito o futuro das crianças para um amanhã melhor, pois o que vemos são vícios de tecnologia que faz da sua escrita e leitura códigos indecifráveis devido ao pouco domínio do português e da sua gramática. E isso ocorre também com os alunos surdos que na grande maioria das vezes dominam a decodificação das palavras, no entanto não compreendem a interpretação daquilo que estão lendo, porque observa-se geralmente é que a escola fabrica excelentes copistas, os quais, muitas vezes, não têm condições de escrever um texto, devido ao pouco domínio do português e da sua gramática. O mesmo se dá com a leitura, em que muitos alunos surdos conseguem decodificar as palavras, mas apresentam muita dificuldade em

Nos dias atuais sabe-se que a legislação não é uma garantia eficiente para uma prática inclusiva nas escolas, já que em sua grande maioria exercem um papel de forma excludente. Até porque algumas escolas utilizam-se de alguns critérios estabelecidos por ela para que este aluno possa frequentar o ambiente escolar ou até mesmo dar continuidade aos seus estudos. Visto que os termos inclusão e integração são denominados ora por sinônimos e em outras vezes como palavras distintas. De acordo com Serra (2004)

A integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto que a inclusão escolar implica em redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, dentre outros. A inclusão num sentido mais amplo significa o direito ao exercício da cidadania (SERRA, 2004, p.27).

Portanto, na inclusão de modo diferente da integração, é primeiro a escola que se deve adequar para receber a todos os alunos, com ou sem deficiência, o que implica um total remanejamento e reestruturação da dinâmica da escola para atender a todos, sem distinção.

Determinar, por força de lei, que crianças com “necessidades especiais” sejam absorvidas pelo sistema regular de ensino, que não consegue dar conta, atualmente, sequer das crianças ditas “normais”, é pretender uma solução fácil e ilusória para o problema da educação especial. Os professores do ensino regular não têm sido preparados para a tarefa de lidar com crianças com necessidades educativas especiais e, sem este preparo, por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas (SCHWARTZMAN, 1997).

Mesmo com todo o suporte das leis referentes às crianças com necessidades especiais de estarem inseridas dentro sistema regular de ensino como toda e qualquer criança, é buscar dar uma solução mascarada para um problema bem maior, onde não é levado em consideração a especialização necessário que o professor do ensino regular deve ter para impulsionar seu aluno a desenvolver se dentro dos parâmetros necessários para seu convívio em sociedade, e por melhor que seja o método utilizado, as chances de sucesso são muito limitadas.

Por isso a falta de conhecimento de alguns profissionais, faz com que os alunos não consigam expandir seu potencial no processo de aprendizagem por acreditarem que devido a sua surdez ele não é capaz já que para o professor é mais fácil isentar-se do compromisso de ensinar. E se o aproveitamento do aluno confirma a baixa expectativa do professor, é considerado deficiente e com isso o professor se isenta da responsabilidade de ensinar, pois é o aluno que não aprende.

Inúmeras são as barreiras que os deficientes auditivos enfrentam, mas muitos desses empecilhos se dão devido ao medo que seus pais tem em expor seus filhos à convivência com o ambiente escolar, já que sua grande preocupação é o pensamento alheio e o olhar perante ao que até então é denominado diferente. Este é um grande nó na cabeça desses pais, mas que se acompanhado pela escola e por todos envolvidos nela a sua visão sobre o olhar do outro irá ser tirada de letra.

Com tudo isso observou que a educação brasileira caminha rumo a obter uma educação acessível a todas as pessoas, inclusive aquelas que apresentam alguma deficiência, mas para isso é preciso que escola e seus profissionais estejam abertos e preparados para aceitar as diferenças existentes para que todos os alunos possam ser atendidos de forma a não haver qualquer tipo de restrição.

E tudo isto só se faz cada vez mais presente devido ao apoio e suporte que a legislação brasileira tem dado aos alunos deficientes para que assim possam ter acesso a uma educação regular de qualidade e sejam vistos como parte integrante da sociedade e não simplesmente incluídos.

Até porque incluir essa criança em uma escola de ensino regular é de extrema importância para o desenvolvimento da sua potencialidade, não devendo assim ficar somente restrito a instituições especializadas. Mas para que isso ocorra de uma maneira efetiva é necessário que as escolas desenvolvam métodos que impulsionem e melhorem o desempenho deste educando.

O sistema inclusivo é algo que abrange o desenvolvimento social de todo e qualquer indivíduo, pois caracteriza a união de todos em prol de um bem comum uma educação justa, de qualidade e igualitária para todos. Em virtude disso, a nova lei de diretrizes e bases Nº 9394/96, artigos 58, 59, 60 propõe que crianças excepcionais sejam aceitas nas classes denominadas normais, seja ela de cunho particular ou público, portanto, incluir é lei, recusar um aluno portador de necessidades educativas especiais é crime.

Partindo desses ideais foram estabelecidos prioridades em que a preparação dos professores e das crianças que irão vivenciar com este indivíduo são a peça fundamental para evitar tamanha discriminação. Na grande maioria das vezes o profissional por não obter o conhecimento necessário para vivenciar suas práticas com este aluno acaba por torna-se incapaz, frustrado por não se possibilitar vivenciar novas formas de aprendizagem fechando-se assim num casulo acreditando que todas as práticas são assimiladas por todos de maneira uniforme não sendo necessário rever suas práticas, já que são avessos a mudanças, tudo porque não acreditam nesta idealização da busca por uma educação igualitária capaz de abranger tanto alunos “normais” quanto aos portadores de deficiência auditiva.

Porém esta não é uma necessidade somente a ser benéfica para os alunos com necessidades especiais visto que muitos podem não demonstrar qualquer distúrbio e com as inovações seu perfil de aprendizado passe a melhorar significativamente. No caso do aluno deficiente auditivo a resistência se faz mais presente devido a necessidade de obter-se uma dupla assistência educativa, pois os mesmos possuem mais dificuldades em se adaptarem à ambientes que fujam da sua rotina. Mas sempre observando para que o conceito de inclusão não passe a ter um olhar segregativo.

Enfim muitas vezes estes pais querem proteger e esconder seu filho deste mundo tão preconceituoso que sem perceber acaba por impossibilitar sua forma de expressão restringindo assim seu pensamento e consequentemente sua fala. Tudo dar-se á pela não aceitação de alguma anomalia que seu filho venha a apresentar, já que para este ser foi feito tantos planos e expectativas de um futuro promissor que acaba por ser uma tarefa árdua para qualquer pessoa. Dessa forma acaba por acontecer um diagnóstico tardio, pelo fato desses pais não compreenderem que seu filho necessita da ajuda de um especialista, pois ele é um portador de um problema e ainda com um agravante.

E quando esses pais vão ao encontro de um auxílio médico tardio o mesmo tem dificuldade em detectar o problema, fazendo assim com que esta criança passe por inúmeros profissionais para se obter um diagnóstico mais preciso. O que na grande maioria das vezes compromete seu desenvolvimento em virtude do tempo perdido.

Dessa maneira toda e qualquer renovação deve ser vistas como desafios para novas propostas. Para que em um futuro bem próximo elas possam ser planejadas e im-